
MIGRAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL: Educação, diversidade e integração

Aline Bazzarella Merçon^(*)
Manuel Ferreira Rodrigues^(**)
Nobre dos Santos^(***)

RESUMO

Neste artigo, contextualizamos alguns momentos históricos das migrações entre Brasil e Portugal. Pretendemos refletir sobre suas dinâmicas e papel sociocultural, dando uma especial atenção a esse fenômeno migratório no contexto atual. O estudo se pauta numa revisão bibliográfica sobre o tema e tem como objetivo perceber os motivos da mobilidade dos povos e quais as consequências para os países de origem e destino. Esse propósito visa pensar na multiculturalidade e internacionalização da educação, não numa perspectiva de ensino, mas em uma concepção que busca integrar no comportamento de todos o respeito pelas diversidades, promovendo a convivência pacífica e a interação dos alunos estrangeiros, nomeadamente estudantes brasileiros, no ensino superior.

Palavras-chave: Migrações Brasil e Portugal; Internacionalização da educação; Estudantes brasileiros.

MIGRAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Define-se migração como “um deslocamento de pessoas no espaço físico e no espaço cultural” (FELGUEIRAS; VIEIRA, 2010, p. 49). O ato de emigrar é sair definitivamente ou temporariamente da sua região ou país; imigrar significa deslocar-se do seu país de origem para entrar e fixar-se num país estrangeiro, com o propósito de estabelecer-se definitivamente ou por um período de tempo.

A mobilidade espacial populacional é um traço importante na história da expansão do capitalismo que se intensifica através da globalização, permitindo a transição e formação das diversas populações. “A própria identidade de muitos, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos” (BRITO, 1995, p. 1).

Verificaremos inicialmente, as emigrações portuguesas para o Brasil a partir dos séculos XVIII, XIX e metade do século XX. A presença dos colonizadores portugueses e outros países europeus, tais como franceses e holandeses, a imigração forçada dos negros africanos, somados aos povos indígenas, contribuíram para a construção das bases da identidade e da sociedade brasileira. Considera-se que o Estado e a nação brasileira consolidaram-se no século XVIII, através do contato

^(*) Mestranda da Universidade de Aveiro Portugal. *E-mail:* alinebmercon@hotmail.com.

^(**) Professor doutor do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. *E-mail:* mfr@ua.pt.

^(***) Professor doutor do Departamento de Português, Faculdade de Ciências da Linguagem Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica de Moçambique. *E-mail:* nobresantoss@yahoo.com.br.

com a identidade cultural trazida pelos países ocidentais justificando suas raízes multiculturais (BRITO, 1995).

“Portugal mesmo enquanto colonizador foi emigrante. Os americanos, os puritanos quando foram para a América nunca foram emigrantes; foram colonizadores. Os portugueses no Brasil foram emigrantes e colonizadores”. (SOUSA SANTOS, 1993, p. 29). Percebemos, portanto, que as relações entre Brasil e Portugal estendem-se desde a colonização, pois sempre houve migrantes entre os países.

O movimento de saídas dos portugueses para o Brasil persistiu entre 1900 e 1911, onde 76% dirigiam-se para o Brasil e apenas 20% para os Estados Unidos da América do Norte. O fenômeno dos movimentos migratórios portugueses pode ser explicado pelos fatores de expulsão dos países de emigração *push factors*, tais como “as modificações provocadas pela revolução industrial e a influência dos emigrantes regressados, *provas vivas das vantagens da emigração*”. (DUPEUX *apud* ARROTEIA, 1986, p. 33). Existiram ainda alguns incentivos à saída dos portugueses para o Brasil, como por exemplo, ser transportados gratuitamente (ARROTEIA, 1986).

Nesse período, o fluxo migratório português para o Brasil chega a 500.000 indivíduos, concentrando-se principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Observa-se que os portugueses integraram-se com facilidade na sociedade brasileira, que possuía a língua e elementos culturais em comum, ambos adquiridos com a colonização portuguesa (FELGUEIRAS; VIEIRA, 2010).

No fim do século XIX, a emigração portuguesa para o Brasil possuía também um carácter de duração provisória, pois a saída do país é encarada como temporária e permitia uma acumulação de capital que facilitava “a alteração do anterior estatuto social do emigrante. Daí que o ‘mito da fortuna’ brasileira ou do enriquecimento rápido, se articule com o ‘mito do retorno’”. (PEREIRA, 1981, *apud* ARROTEIA, 1986, p. 36). Como por exemplo, o recrutamento dos portugueses para trabalhos no setor primário, que ocorreu nas migrações de curta duração em países como a França, Suíça ou até em países do norte de África e Médio Oriente (ARROTEIA, 1986).

Sucessivamente durante vários séculos, principalmente nos séculos XIX e XX, Portugal prossegue como um país de grandes emigrações, neste caso de mão de obra não qualificada, partindo basicamente para o continente americano (Brasil, EUA e Argentina); depois dessa data, os portugueses emigram rumo à Europa (França e República Federal Alemã) (CASA-NOVA, 2005).

O aumento das populações da Europa num curto espaço de tempo foi um dos aspectos que influenciou a expansão dos povos, as migrações permitiram o equilíbrio e redistribuição

demográfica global. Nos séculos XIII e XIX, a Europa crescia em maior proporção do que os outros continentes (África, Ásia e América Latina), no auge do crescimento populacional da Europa, por volta de 1900, verifica-se a emigração em massa dos europeus para países como os Estados Unidos da América, atingindo a marca de um milhão por ano, para o Brasil, e um número significativo para a América Latina e Caribe, assim como a migração involuntária dos escravos africanos (CHESNAIS, 1994).

A partir da década de 1930, a emigração dos europeus quase parou, pois a situação alterou-se. O crescimento demográfico dos países da Europa diminuiu, enquanto o crescimento populacional dos países do terceiro mundo aumentou consideravelmente, fazendo com que o sentido dessa corrente migratória internacional se invertesse.

A partir dos anos 1980 e 1990, ocorre no Brasil a inversão da corrente migratória internacional, transitando de país receptor de imigrantes para se integrar no processo dos fluxos migratórios Norte-Sul.

Calcula-se que mais de um milhão de brasileiros imigraram, principalmente para Estados Unidos, Europa e Japão. No mesmo período, quase quatrocentos mil estrangeiros teriam chegado ao nosso país, vindos principalmente de outros países sul-americanos, Angola e Coreia do Sul. (SALES, p. 15).

Na perspectiva portuguesa, as migrações brasileiras do século XXI são compreensíveis sendo consideradas “lusófonas”, ou seja, os emigrantes portugueses retornados e as suas famílias legitimam a migração como herança colonial que explica a movimentação de pessoas de Brasil e Portugal. Mas além dos padrões antigos é também vista como uma nova migração simultaneamente com os imigrantes do Leste Europeu.

Inicialmente, as imigrações brasileiras podem ser comparadas às imigrações dos europeus do Norte, onde os imigrantes eram pessoas qualificadas em busca de melhor posicionamento no mercado de trabalho. Por volta de 1999, essas características modificaram-se demonstrando que a transição migratória brasileira era de pessoas menos qualificadas, com cargos ocupados no setor primário, nesse momento se assemelhava mais com as dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) (MACHADO, 2007).

Observa-se nas migrações brasileiras para os países desenvolvidos, uma interdependência entre os mesmos, traduzida pela dualidade das condições de etnicidade e reforço fundamental de mão de obra no mercado de trabalho secundário. Nota-se, simultaneamente, um caráter de mobilidade social “truncada”, ou seja, havendo por parte dos imigrantes brasileiros instalados nos

países ricos a busca do sonho na maioria das vezes frustrado de uma nova condição de *status* social mais elevado após o seu regresso (SALES, 1994).

Outra característica muito discutida e observável, com relação aos imigrantes brasileiros, é o equilíbrio financeiro e fiscal no orçamento da nação através das remessas, pois “de um ponto de vista do Estado brasileiro, o imigrante passa a ser considerado como um fator de ajuste da balança de pagamentos: a questão da remessa é fundamental para esse entendimento” (MACHADO, 2007).

O Estado tem interesses econômicos e com isso não se preocupa em reincorporar os brasileiros imigrantes, assim como os bancos locais que disputam as quantias significativas enviadas para o Brasil por brasileiros. Conforme a reportagem do Jornal Gazeta Mercantil “em 2003, as remessas por meio do Banco do Brasil chegaram a 100 milhões de euros, segundo o administrador do banco em Portugal, Gladstone Siqueira” (MESQUITA, 2004, *apud* MACHADO, 2007). No entanto, os valores reais dessas remessas dificilmente podem ser mensurados pois existem outros intermediários que fazem esse tipo de transação sem o controle do Banco Central Brasileiro.

Nesse contexto, observa-se que as relações entre as nações e seus cidadãos podem ser complexas, principalmente, nas implicações advindas de novas modalidades de mobilidade do capital e da população entre Brasil e Portugal (MACHADO, 2007).

O grande abismo econômico criado pelos considerados países do primeiro e terceiro mundos tem se manifestado através de movimentos migratórios. Para o conjunto da Europa, os imigrantes estão em busca de melhores oportunidades e condições de vida não encontradas em seus países de origem. Nos últimos anos, mais de cem milhões de pessoas migraram de uma parte do globo para outra. Esses imigrantes preenchem as carências de mão de obra, mas são rejeitados pelos nacionais dos países de acolhimento, ocupando postos de trabalho subalternos na agricultura, construção civil, hotelaria, comércio, restaurantes, serviços domésticos, etc. (MACEDO, 2004).

Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram o significado das migrações internacionais para os países desenvolvidos. Se até a década de 1970 os migrantes eram necessários economicamente e aceitos socialmente, nos anos 1980 passaram a concorrer com os nacionais no mercado de trabalho e ser objeto de discriminação social e legal. (BRITO, 1995, p. 10).

A presença das populações imigradas originárias dos países pobres nos países ricos receptores causa um certo desequilíbrio internacional, manifestando-se por características e razões econômicas, políticas, sociais e culturais. O Estado-nação já não consegue gerir tamanha pluralidade introduzida pelas comunidades estrangeiras que mudaram o cenário, a composição

étnica, linguística e social em geral, observadas com clareza nas grandes capitais dos países considerados desenvolvidos. O Estado necessita da “gestão da sociedade civil no seu conjunto por meio da sua implantação permanente, difusa e articulada” (PEROTTI, 1997, p. 37). Reconhece-se que esses problemas sociais e econômicos que envolvem os países subdesenvolvidos podem acarretar a permanência cada vez maior dessas populações imigrantes nos países desenvolvidos, transformando a sua estada em desigualdades e discriminações por parte dos nacionais (PEROTTI, 1997).

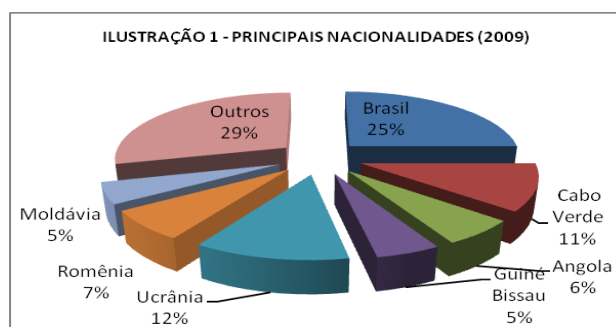
Na opinião de Teresa Sales (1994) e Antonio Perotti (1997), ao lado do desenvolvimento tecnológico e global da pós-modernidade, nos deparamos com reações de xenofobia, intolerância e rejeição, manifestando-se através da invasão de imigrantes dos países pobres para os países ricos.

As potências europeias descolonizadoras pretendiam deixar para trás as sequelas do seu imperialismo, mas os países periféricos pobres não só adquiriram os sonhos, modos e expectativas de vida melhores das ex-colônias, como também foram impulsionados por seus problemas sociais e econômicos à uma interdependência global, ocasionando as “migrações não planejadas”. (HALL, 2006, p. 81).

Nesse contexto, demonstramos os números atuais da comunidade estrangeira residente em Portugal, através dos dados do Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2009) e do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (SIISEF), que contabilizam 454.191 estrangeiros legais residentes em Portugal no ano de 2009.

A **Ilustração 1** indica os dados referentes ao número de imigrantes brasileiros residentes em Portugal:

Ilustração 1. Principais Nacionalidades (2009)



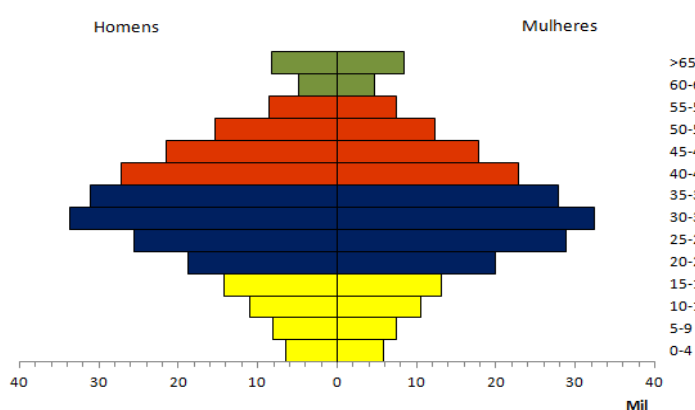
Fonte: (SEF, 2009, p. 27).

“O Brasil representa atualmente cerca de 25% da comunidade estrangeira residente em Portugal, atingiu em 2009 o expressivo valor de 116.220 indivíduos (face a 106.961 em 2008)” (SEF, 2009, p. 28). Observa-se também que 22% são imigrantes de países lusófonos; 24% de países

do Leste Europeu e 29% de outros países. Verificamos que cerca de metade dos imigrantes falam português. A metade restante é dividida em partes quase iguais por indivíduos provenientes dos países do Leste Europeu – aos 24% do gráfico faltam os russos – e de outros diversos países. A língua e a história explicarão o significativo número de brasileiros atraídos por Portugal. Com essa ligação “natural” entre os dois países, não espantará que Portugal sobressaia no cenário mundial como um dos principais destinos dos emigrantes brasileiros, fenômeno a que os governos dos dois países estão atentos.

Numa visão geral, a Ilustração 2 caracteriza os grandes grupos demonstrando a população imigrada de todas as nacionalidades por gênero e idade.

Ilustração 2. População estrangeira residente em Portugal – pirâmide etária (2009)



Fonte: (SEF, 2009, p. 33).

“Os dados foram agregados em grandes grupos etários, em detrimento de grupos quinquenais, de modo a facilitar a leitura da informação; os grupos constituídos foram: 0-19 anos, 20-39 anos, 40-64 anos e mais de 65 anos” (SEF, 2009).

Quadro 1. População estrangeira residente em Portugal – grandes grupos etários (2009)

SEXO	<19	20-39	40-64	65 E >	TOTAL
H/M	76.412	218.060	143.009	16.710	454.191
HOMEM	39.542	108.982	77.608	8.280	234.412
MULHER	36.870	109.078	65.401	8.430	219.779

Fonte: SEF, 2009, p. 33.

A partir do Quadro 1, julga-se ser possível interpretar os números da população ativa (jovem ou envelhecida) e inativa (jovem ou envelhecida).

Verifica-se que a importância maior concentra-se no sexo masculino e nas faixas etárias de 20-39 anos (H/M) – (48% desse universo), 40-64 anos (31,48%), 0-19 anos (16,85%) e por último, o grupo de 65 anos e mais (3,67%) (SEF, 2009).

Num panorama geral, demonstra-se, através do **Quadro 2**, as habilitações literárias dos imigrados brasileiros em Portugal.

Quadro 2. Habilitações literárias dos inquiridos

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	N	%
Não alfabetizado	4	0,4
Ensino fundamental (1º grau, até 4ª série = 5º ano PT)	51	5,6
Ensino médio (1º grau, 5ª a 8ª série = 9º ano PT)	146	16,0
Ensino médio (2º grau = 12º ano PT)	466	51,2
Ensino superior (licenciatura)	123	13,5
Pós-graduação, mestrado ou doutorado	65	7,1
Ensino profissional e tecnológico	38	4,2
Outras habilitações	18	2,0
Total	911	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros em Portugal (CES, SOCIUS; CIES, 2009, *apud* GÓIS *et al.*, p. 123).

Numa leitura de relance, o Quadro 2 permite afirmar que a maioria dos inquiridos (51%) possui o ensino médio (segundo grau brasileiro/12º ano português). A seguir, observa-se que 16% possuem nove anos de estudo (primeiro grau brasileiro/nono ano português). Destaca-se 14% de indivíduos diplomados no ensino superior licenciatura (politécnicos e universidades), outros 7% com o curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado e 4% concluíram o ensino profissional e tecnológico. Aproximadamente 6% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental (primeiro grau inicial brasileiro/quinto ano português) e os analfabetos perfazem valores residuais (0,4%). Se agregarmos os valores referentes ao ensino fundamental e ao primeiro grau do ensino médio (equivalente ao ensino básico português) teremos um valor de 21,6%, próximo da percentagem que perfazem os inquiridos com habilitações superiores.

Portanto, o nível das habilitações literárias dos brasileiros em Portugal não é de analfabetos ou de nível básico, e sim de nível médio e ensino superior e técnico. Nota-se atualmente, ao contrário do que se imaginava, que os imigrantes brasileiros não se caracterizam somente por serem indivíduos com baixo nível de escolaridade e fraca qualificação.

RELAÇÕES DE AMIZADE ENTRE BRASIL E PORTUGAL

A Convenção dos Direitos do Homem e do Cidadão (1990) busca assegurar e reconhecer a aplicação dos direitos fundamentais do indivíduo constituindo as bases da liberdade, paz e justiça no mundo. Nesse propósito, surge a necessidade entre os países em firmar acordos e leis que reforcem, direcionem e desenvolvam essas questões.

Com o início do novo milênio, notamos a preocupação das nações e organizações diante das temáticas sociais, surgindo acordos e tratados que tentam garantir os direitos da humanidade. Como por exemplo, a organização do encontro em Nova Iorque, com a participação de 147 chefes de

Estado e de governo de 191 países, pelas Nações Unidas, para homologação da Declaração do Milênio (2000).

Dentre tantos debates e acordos mundiais, o fenômeno das migrações também tem sido bastante discutido. Tendo em conta a constatação do aumento dos valores estatísticos anuais referentes ao crescimento do fluxo migratório, surge a necessidade dos países de acolhimento repensarem as suas políticas e a inclusão desses novos grupos ao seu meio. Como sugere o Documento da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, na sequência de Conferências da ONU nos anos 1990, que aborda as questões das migrações internacionais contemporâneas, simultaneamente com seus problemas econômicos e sociais e o seu carácter positivo, tanto para os países de origem como de destino (PATARRA, 2005).

Face ao extraordinário aumento do fluxo migratório, os países de acolhimento debatem-se com problemas de definição das suas políticas de inclusão de estrangeiros. Tradicionalmente um país de emigrantes, após a adesão à CEE (admissão de Portugal como membro de pleno direito da Comunidade Económica Europeia) esse tornou-se um “país de imigrantes”. Depois de algumas hesitações, nos anos 1990, Portugal adota políticas mais ativas para o acolhimento e integração dos mesmos. O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Acime) assume e coordena essa ação tendo como missão

promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica (Art. 1º, n. 2, DL 251/2002).

Portugal se sobressai no cenário mundial como um dos países da Europa de principal destino dos imigrantes brasileiros, tornando a ligação entre ambos inevitável. A propósito da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, considerando o seu quinto centenário, em 22 de abril de 2000, reuniram-se em Porto Seguro, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, com intuito de assinar e aprovar, o Tratado de Amizade Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil (2000).

Os dois países sustentam sua integração

conscientes do amplo campo de convergência de objetivos e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e econômicos. (GAMA; LAMPREIA, 2000, p. 1).

As normas fundamentais acordadas no Tratado de Amizade (2000), através do art. 1º, título I¹, possibilitam a dinâmica de participação na democracia e integração dos cidadãos brasileiros em Portugal e vice e versa. O título III, Cooperação cultural, científica e tecnológica, citado no art. 26², visa promover o desenvolvimento do conhecimento e troca de experiências incentivando o intercâmbio de profissionais da educação, estudantes, pesquisadores e demais representantes de outras atividades culturais, o que torna possível as práticas de migrações por tempo determinado com fins de extensão curricular e estudo em ambos os territórios.

Os arts. 1º e 26 do Tratado de Amizade (2000) foram operacionalizados através da nova Lei da Imigração de 03 de agosto de 2007, quando o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) concede aos estudantes estrangeiros, nesse caso brasileiros do ensino superior, o título de residência temporário que possui validade de um ano, podendo ser renovado de acordo com a duração do curso ou pesquisa em questão. Permitindo a realização de trabalhos de investigação científica ou obtenção de grau acadêmico num estabelecimento de ensino superior oficialmente reconhecido em Portugal.

As reuniões que acontecem anualmente, denominadas Cimeiras, também contribuem para instrumentalizar esses acordos através das visitas regulares entre os presidentes de Portugal e do Brasil, buscando reforçar suas relações e política externa. Na *X Cimeira Portugal – Brasil*, sucedida em Lisboa, no dia 19 de maio de 2010, por exemplo, reuniu os chefes de Estado José Sócrates e

¹ Art. 1º. Título I. Fundamentos e objetivos do Tratado: 1) O desenvolvimento econômico, social e cultural alicerçado no respeito dos direitos e liberdades fundamentais, enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no princípio da organização democrática da sociedade e do Estado, e na busca de uma maior e mais ampla justiça social; 2) O estreitamento dos vínculos entre os dois povos com vista à garantia da paz e do progresso nas relações internacionais, à luz dos objetivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas; 3) A consolidação da comunidade dos países de língua portuguesa, em que Portugal e Brasil se integram, instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns; 4) A participação de Portugal e do Brasil em processos de integração regional, como a União Europeia e o Mercosul, almejando permitir a aproximação entre a Europa e a América Latina para a intensificação das suas relações.

² Art. 26. Título III. 1) Cada parte contratante atribuirá anualmente bolsas de estudo a nacionais da outra parte, possuidores de diploma universitário, profissionais liberais, técnicos, cientistas, pesquisadores, escritores e artistas, a fim de aperfeiçoarem os seus conhecimentos ou realizarem pesquisas no campo das suas especialidades; 2) As bolsas de estudo deverão ser utilizadas no território da parte que as tiver concedido.

Luís Inácio Lula da Silva, onde foi reafirmada e discutida a união recíproca e suas dinâmicas de interesses nas áreas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Muitos debates e projetos também foram desenvolvidos em prol da integração dos imigrantes brasileiros, como o I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, documento de Lisboa de 9 a 11 de maio de 2002, promovido pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal (MPF), com o apoio organizacional da Casa do Brasil de Lisboa e a colaboração da Cáritas Portuguesa, da Cáritas Brasileira, da Obra Católica Portuguesa de Migrações, da Pastoral dos Brasileiros no Exterior e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Onde foi debatida a implementação de possíveis medidas protetoras aos cidadãos brasileiros que vivem no exterior. Essas disposições vêm sendo consolidadas através das leis de imigração, em conjunto com os órgãos competentes nacionais e com apoio do Consulado Brasileiro, buscando legalizar e melhorar as condições de vida dos cidadãos brasileiros em Portugal.

[...] no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores vem desenvolvendo ações sistemáticas de apoio consular aos brasileiros que vivem no exterior no que se refere à atualização de documentos, abertura dos consulados para a comunidade migrante, estímulo à formação de conselhos consulares com participação de cidadãos brasileiros que vivem fora do país. (PATARRA, 2005, p. 30).

PAPEL SOCIAL E CULTURAL DOS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ESTUDANTIL

No último meio século, assistiu-se a uma extraordinária expansão do ensino superior e da investigação técnica e científica. Segundo o Relatório da Unesco (2006),

em 1950 eram 6,5 milhões de estudantes universitários no mundo; em 1960, 13 milhões; em 1980, 61 milhões; em 1995, 82 milhões; em 1999, 92 milhões e, em 2004, 132 milhões. Levando-se em consideração as taxas de crescimento assumidas pela Unesco e Ocde (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), pode-se estimar que hoje, aproximadamente 168 milhões de estudantes frequentam o ensino superior. (ZAMBERLAM *et al.*, 2009, p. 15).

Em Portugal, não obstante o abrandamento do crescimento registrado na última década, António Barreto e Joana Pontes (2007) falam de uma “autêntica explosão”, pois, em trinta anos,

a população estudantil passou de 25.000 para quase 400.000. O número de universidades de 4 para mais de 30, a que se acrescentam vinte e tal politécnicos [...]. Os docentes do ensino superior aumentaram também consideravelmente, passando de 1.567, em 1960 (1.113 no público), para 17.778, em 1998 (no setor público) e mais de

20.000, em 2005 [...]. O número de diplomados aumentou também. Aos 2.184 de 1960, correspondem, em princípios de 2000, mais de 40.000, em ambos os sistemas, público e privado, universitário e politécnico.

O processo de globalização facilitou a interatividade dos diferentes povos, consequentemente envolveu a educação de nível superior, gerando condições para a sua internacionalização, ainda que suas raízes possam encontrar-se no segundo pós-guerra. Nos Estados Unidos, conceitua-se o termo “Internacionalização como a globalização do ensino superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação”. (MARGINSON; RHOADES, 2002, *apud* MOROSINI, 2006, p. 116).

Esclarecemos que a globalização é um processo que não envolve somente a educação, mas a cultura, economia, política e a internacionalização no sentido de possibilitar a mobilidade e a transmissão de saberes do sistema de um Estado para outro (KNIGHT, 2007, *apud* SOUZA, 2010).

Nesse contexto e com base no processo civilizatório dos países desenvolvidos, a educação superior segue um parâmetro de valorização do reconhecimento dos saberes ou formação ao longo da vida, a busca permanente por qualificações influencia diretamente na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Hoje, o recrutamento das multinacionais é globalizado, as experiências de vida, flexibilidade e facilidade de adaptação permitem maiores chances de contratação. Assim, os estudantes de nível superior tendem à mobilidade internacional para ampliar essas possibilidades (ZAMBERLAM *et al.*, 2009).

Organismos como a Associação Internacional de Universidades (IAU) – criada em 1950, e que reúne atualmente mais de 630 instituições com participação de 150 países – propõem-se garantir o papel social das universidades ao redor do mundo, pugnando pela qualidade da educação superior através da cooperação internacional de modo a promover a integração social e cultural, a solidariedade, em suma, a dignidade humana.

A internacionalização das universidades, fenômeno estudado por diversos autores (MOROSINI, 2006) é definida como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária” (p. 117). A internacionalização do ensino superior visa, pois, o desenvolvimento humano através do intercâmbio de saberes, pretende manter o contato e ampliar a diversidade dos conhecimentos, para estender os horizontes culturais, as possibilidades científicas e tecnológicas e a compreensão intercultural entre os estudantes universitários. Essa troca de conhecimentos contribui para a renovação e enriquecimento cultural, tanto dos países de acolhimento, quanto dos países de origem.

Consideramos existir alguns tipos de internacionalização educacional como “mobilidade estudantil, mobilidade de docentes, internacionalização de currículos, abertura de filiais, cooperação institucional e de rede, acordo de reconhecimento mútuo, redes transnacionais de universidades e educação superior virtual transnacional”. (VAN DAMME, 2001, *apud* SOUZA, 2010, p. 9).

Nesse sentido, as políticas de internacionalização do ensino superior criaram e desenvolveram parcerias e redes de cooperações internacionais entre universidades, empresas, governos, e outros organismos. Os Estados Unidos, a União Europeia, a América Latina, Ásia e África participam e oferecem inúmeras opções de redes de cooperação para mobilidade estudantil. Assim, os estudantes buscam sua formação no exterior participando de programas, convênios e através de intercâmbios disponíveis (ZAMBERLAM *et al.*, 2009).

Quadro 3. Países que recebem estudantes brasileiros € 2007/2008.

Países de destino	Números de estudantes	Distribuição (%)
Estados Unidos	7.938	34,0%
Portugal	2.750	11,7%
França	1.810	7,7%
Alemanha	1.750	7,5%
Espanha	1.730	7,3%
Reino Unido	1.220	5,2%
Demais países da Ocde	6.307	26,6%
Total – países da Ocde	23.505	100%

Fonte: (Report on International Educational Exchange, 2007/08, do Open Doors, *apud* ZAMBERLAM *et al.*, 2009, p. 53).

Em geral, observam-se duas categorias distintas de estudantes internacionais: os *free movers* e os que recebem incentivos acadêmicos. Os *free movers* são estudantes que se autofinanciam e se movem independentemente. Normalmente, são indivíduos que possuem uma ligação cultural com seu país de origem e possuem uma situação financeira superior comparada com seus colegas autóctones. Os que recebem incentivos acadêmicos se movem através de acordos ou convênios (programas governamentais ou interinstitucionais, entre entidades do seu país de natureza religiosa, educacionais ou outra), ou recebem bolsas que possibilitam seus estudos no exterior. (MARCHETTO, 2005, *apud* ZAMBERLAM *et al.*, 2009). Dentre esses acordos e programas, destacamos os seguintes: Alfa, Erasmus Mundus, Tempus, Comissão Fulbright, Columbus, Pró-África, entre outros. Existem também convênios que proporcionam e incentivam a mobilidade estudantil dos brasileiros, como os programas de bolsas de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Discriminaremos, portanto, alguns dos programas citados – América Latina – Formação Acadêmica (Alfa). Criado em 1995, pela União Europeia, dispõe-se em desenvolver e apoiar

projetos de cooperação entre universidades europeias e latino-americanas, promove o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação e está em sua terceira fase, os países participantes são os estados membros da União Europeia e os dezoitos países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Tempus – Instituído no ano 2000, pela União Europeia, é um programa comunitário que apoia a mobilidade estudantil do ensino superior e dirige-se à região dos Balcãs, ao leste europeu, à Ásia Central, ao Norte da África e ao Oriente Médio.

Erasmus Mundus – criado em 2004, é um programa da União Europeia para viabilizar e incentivar a cooperação estudantil de nível superior, com países terceiros, buscando o diálogo e compreensão intercultural recíprocos.

Comissão Fulbright – é um programa de intercâmbio cultural que envolve estudantes de nível superior e professores, administrado pelo departamento de Estado norte-americano através das embaixadas americanas em todo o mundo, com participação de mais de 140 países.

Columbus – Outro programa de cooperação universitária entre as instituições europeias e latino-americanas. Visa a mobilidade estudantil dos membros da rede por um período de seis meses.

Pró-África – com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) as relações do Brasil com os países africanos fortaleceram-se. A preocupação quanto ao desenvolvimento do continente africano, no governo do ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, incentivou à implementação do programa pró-África. Esse foi instituído em 2004, funcionando como um programa de cooperação e mobilidade de cientistas e pesquisadores para a expansão e elevação da qualidade científico-tecnológica dos países africanos (ZAMBERLAM *et al.*, 2009).

A mobilidade estudantil é instrumento essencial para a internacionalização da aprendizagem, pois aumenta as possibilidades dos estudantes em adquirir experiências, comunicar-se em outros idiomas e aprender a pesquisar em outros países. Percebemos, através dos indicativos destacados, que a mobilidade internacional dos estudantes brasileiros intensifica-se a cada ano. Esses buscam melhores qualificações para os níveis de graduação, mestrado, doutorado, intercâmbios de alguns meses e até mesmo o estudo de línguas estrangeiras.

CONCLUSÃO

A discussão com relação às dinâmicas migratórias entre o Brasil e Portugal sobrevém para estimular a reflexão sobre os desafios face ao acolhimento e integração das comunidades estrangeiras na Europa.

Procuramos verificar as nacionalidades da população imigrante de maior destaque em Portugal, bem como as medidas sociopolíticas desenvolvidas para a inclusão dos mesmos. Observa-se de modo geral, que as populações imigradas são alvos de desigualdades relativamente à população nacional.

Como diria Amin Maalouf (1998), em muitos casos, o Estado-nação parece não conseguir saber gerir tamanha pluriculturalidade gerada pelas comunidades estrangeiras que matizaram a composição étnica, a unidade linguística e a composição social em uma Europa multicultural.

Numa história marcada por movimentações político-espaciais necessitamos promover o respeito às diversidades. Nesse contexto, verificamos as relações de amizade estabelecidas entre Brasil e Portugal, revendo as leis e convênios que auxiliam o imigrante brasileiro em sua estadia no país. Com o propósito de incentivar atitudes em prol dos direitos humanos, a educação intercultural torna-se uma ferramenta indispensável nesse movimento, pois incita-nos a repensar sobre os mecanismos de integração e de desenvolvimento do sistema educativo atual.

A bibliografia examinada aponta Portugal como o terceiro país de destino dos estudantes brasileiros, despertando algumas discussões sobre a internacionalização da educação superior. Nossa intenção foi compreender suas dimensões no domínio da expansão de conhecimentos e a igualdade universitária, visando a minimização da pobreza, a amplitude do acesso e a distribuição de recursos (MOROSINI, 2006).

Verificamos também sobre as vantagens e desvantagens da mobilidade estudantil internacional, tentando compreender o papel da universidade em perpetuar valores humanísticos através da inclusão e socialização. Assim, parece-nos urgente uma reflexão partilhada sobre o tema, de modo que todos os alunos estrangeiros possam encontrar respostas para as suas interrogações e necessidades.

Pela nossa parte, julgamos ter dado o nosso contributo para uma cultura de tolerância e da solidariedade, capaz de se alimentar do diálogo intercultural, da compreensão e da inclusão das “diferenças”.

REFERÊNCIAS

- ARROTEIA, J. C. *Ensaio tipológico sobre os movimentos migratórios portugueses*. Porto: E.d.c. P.C.d. Estudos, 1986. Série Migrações sociologia,
- BARRETO, A.; PONTES, J. *Portugal, um retrato social*, 7: Um país como os outros. A formação de uma sociedade europeia. Lisboa, 2007.
- BARROSO, J. M. D. *Decreto-Lei n. 251/2002*. Presidência do Conselho de Ministros, 2002.
- BRITO, F. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, p. 1-16, 1995. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20s%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>>.
- CASA-NOVA, M. J. Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas. *Ensaio: Aval. pol. públ. Educação*, 13, p. 181-126, 2005.
- CHESNAIS, J. C. *O fluxo dos povos*. Braudel Papers Instituto de Economia Mundial, 1994.
- EUROPA, C. D. *Convenção para a protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais com as modificações introduzidas pelo Protocolo n. 11*. Roma, 1990.
- FELGUEIRAS, M. L.; VIEIRA, C. E. *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.
- GAMA, J. J. M.; LAMPREIA, L. F. *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil*. Porto Seguro, 2000.
- GÓIS, P.; MARQUES, José Carlos. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações*, n. 5, p. 111-133, 2009.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- MAALOUF, Amin. *Les identités meurtrières*. Paris: Gasset & Fasquelle, 1998.
- MACEDO, D. O Multiculturalismo para além do jugo do positivismo. *Currículo sem fronteiras*, 4, p. 101-114, 2004. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol4iss1articles/macedo.pdf>>.
- MACHADO, I. J. R. *Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal*. Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5889>>.
- MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. *Educar*, n. 28, p. 107-124, 2006.
- ONU, N. U. *Declaração do Milênio*. Lisboa: United Nations Information Centre, 2000.
- PATARRA, Neide. L. Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em perspectiva*, n. 19, p. 23-33, 2005.
- PEROTTI, António. *Apologia Intercultural*. Trad.: M. H. Oliveira. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.
- SALES, Teresa. A diáspora brasileira. *Braudel Papers*, n. 9, p. 15-16, 1994. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp09_pt.pdf>.
- SANTOS, Boa V. Sousa. Existe uma cultura portuguesa? In: SILVA, A. S.; JORGE, V. O. (Eds.). *Sociedade portuguesa de antropologia e etnologia*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- SOUZA, J. M. J. A Internacionalização e a mobilidade na educação superior: O debate na América Latina. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 10, 2010.
- SEF, S. E. F. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, 2009. Disponível em: <<http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>>.
- ZAMBERLAM, J.; CORSO, G.; BOCCHI, L.; FILIPPIN, J.; KULKAMP, W. *Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior*. Porto Alegre: Solidus, 2009.

**MIGRATION BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL:
EDUCATION, DIVERSITY AND INTEGRATION
ABSTRACT**

This paper explores the historical contexts of migration between Brazil and Portugal, reflecting on their dynamics and socio-cultural roles, particularly in the modern world. Grounded on a bibliographical review of the topic, this study examines the reasons for mobility among peoples and the consequences for their countries of origin and destination, in order to address multiculturalism and the internationalization of education, not from the teaching standpoint, but rather through a conceptualization that strives to inculcate across-the-board respect for diversity, fostering peaceful co-existence and interaction for foreign students, particularly Brazilians at university.

Keywords: Brazil and Portugal migration; Internationalization of education; Brazilian students.

*Recebido em outubro de 2011
Aprovado em fevereiro de 2012*